

IDENTIDADES E SUAS IMPOSSIBILIDADES

ZELINA BEATO*

(Doutoranda Linguística Aplicada – UNICAMP)

ABSTRACT

This study was designed to examine an essay written by Stuart Hall, a social scientist from Jamaica, whose academic productions in the field of cultural studies are classic. The paper considers his ideas from the points of view of Jacques Derrida, as expressed in the book *The Monolingualism of the Other*. In this study, we are concerned with the topic of identity, especially language and citizenship.

Keywords: identity, deconstruction, language.

É impossível contar as línguas,
eis o que eu queria sugerir.
Não há calculabilidade,
a partir do momento em que
nunca o Uno de uma língua,
que escapa a qualquer contabilidade aritmética,
é determinado.
O Uno da monolíngua de que falo,
e aquele que eu falo,
não será portanto, uma identidade aritmética,
nem mesmo uma identidade “tout court”.
A monolíngua permanece portanto incalculável,
pelo menos nesse traço.

JACQUES DERRIDA
O monolingüismo do outro, ou a prótese da origem
Campo das Letras, 2001, p.45

Este trabalho tem como proposta examinar um ensaio de Stuart Hall, sociólogo jamaicano cujas produções acadêmicas no campo dos estudos culturais são consideradas clássicas, à luz das reflexões de Jacques Derrida expostas em seu livro *O Monolingüismo do Outro. Ou a prótese de origem*¹. O que estará em evidência nesta reflexão é o tema da identidade, em especial no que pode se relacionar às questões de língua e de cidadania.

* Agradeço à Professora Maria José Faria Coracini por sua orientação na elaboração deste ensaio, que faz parte das minhas atividades do Projeto Traduzir Derrida – Políticas e Desconstruções.

¹ Edição portuguesa. Porto: Campo das Letras, 2001, tradução de Fernanda Bernardo.

Num ensaio intitulado *Identidade Cultural*², Hall (1997) faz um breve exame do que ele nomeia “crise de identidade”, um tema debatido exaustivamente no campo das ciências sociais. Segundo Hall, essa crise é “um processo amplo que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas” (p.3), implicando, nesse rastro, uma série de conseqüências importantes para esse campo do conhecimento. Seu objetivo declarado nesse ensaio é, em princípio, explorar alguns temas envolvidos nessa crise e refletir sobre suas implicações mais delicadas. No diagnóstico que oferece, Hall localiza duas tendências contraditórias. Por um lado, uma certa fragmentação das identidades induzida pelas formas mais recentes da globalização. Por outro, ao mesmo tempo e em sentido contrário, uma reação defensiva ao processo de globalização que podemos identificar no ressurgimento dos movimentos nacionalistas.

Hall confessa-se cuidadoso ao se aproximar dessas tendências teóricas “no interior da confraria sociológica”, justificando serem suas formulações ainda “provisórias”. Como diz, o conceito de identidade apresenta-se ainda “muito complexo, pouco desenvolvido e pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente testado” (*ibid.*, p.5). Sua inquietação com o que tem chamado de “crise da identidade” é expressa na forma como qualifica os fatores que caracterizam essa crise, marcados por complexidades, por características contraditórias, pela idéia do descentramento. Fatores que, na sua opinião, estão mais evidentes no processo de globalização e que têm como conseqüência imediata o enfraquecimento “dos modelos que até hoje deram aos indivíduos um lugar estável no mundo social” (p.3).

Associando o que identifica como “crise de identidade” a um processo paralelo de crise no conceito de sujeito, Hall conduz seu estudo a partir de um mapeamento histórico das transformações pelas quais passou esse conceito, desde a sua concepção iluminista, até sua conceituação na perspectiva sociológica, para chegar finalmente ao que concebe como sujeito “pós-moderno”.

Para Stuart Hall, o tema que investiga, que chamou de “crise de identidade”, caracteriza-se por um descentramento provocado pela fragmentação das identidades e, em sua opinião, fragmentação é sinônimo de multiplicidade, de vários, de uma grande quantidade.

Com o objetivo de analisar esse processo de descentramento associado às mudanças conceituais de sujeito, Hall cita René Descartes (1596-1650) como uma das figuras que mais contribuiu para o conceito de sujeito “senhor da consciência, racional e científico, diante de quem a totalidade da história humana foi disposta para seu entendimento e controle” (p.24). Esse conceito iluminista baseava-se na idéia de um sujeito centrado e unificado, dotado de um “centro” interior que permaneceria contínuo e idêntico a si mesmo durante toda a existência individual – o centro do *self* era a identidade da pessoa. A esse estágio, de um sujeito independente e único, seguiram-se mudanças conceituais importantes como reflexos da instituição das novas ciências sociais. Aquele conceito do sujeito cartesiano

² Há uma tradução do texto de Hall publicada pela DP&A Editora em 1999, “A identidade cultural na pós-modernidade”. Entretanto, para minhas citações, utilizei a versão extraída de: Textos Didáticos (IFCH/Unicamp), Coleção Memo, Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, 1997. Texto original: *Modernity and its Futures* (The Open University, 1992).

deu lugar a uma noção de sujeito sociológico, implicando em sua identidade uma interação entre o *self* e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interior e o exterior. Haveria nessa nova visão uma relação de “sujeito e sociedade” – o meio comprometido na formação da identidade. Como explica:

A sociologia forneceu uma crítica ao “individualismo racional” do sujeito cartesiano. Ela localizou o indivíduo em processos grupais e normas coletivas que, argumentava, sustentam qualquer contrato entre sujeitos individuais. Ela desenvolveu, portanto, uma explicação alternativa de como os sujeitos são formados subjetivamente através de suas associações e participações em relações sociais mais amplas; e, inversamente, de como processos e estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham (p.31/2).

Para concluir, expondo o conceito de sujeito pós-moderno, esse autor fala do descentramento resultante da “‘descoberta’ do inconsciente por Freud” (p.38). Para Hall, a teoria freudiana causou ainda mais estragos naqueles conceitos de sujeito ao defender que “nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas na base dos processos psíquicos e simbólicos do inconsciente” (p.38).

Nas palavras de Hall, todo o seu percurso eminentemente conceitual trata das “concepções mutáveis do sujeito humano” e, apesar de se apresentar como uma formulação simplista, são um mapeamento, um processo de transformação do qual resulta a concepção de sujeito pós-moderno.

Nesse movimento de transformação pelo qual passou a concepção de sujeito, Hall assinala, em especial, o processo de fratura que marca essa trajetória e que vai produzir reflexos no conceito de identidade cultural/nacional. Segundo esse sociólogo, as mudanças estruturais que têm transformado as sociedades modernas apoiam-se numa certa fragmentação que “multiplica as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade” (p.5). Concepção que dá a pensar o sujeito moderno como resultado não de uma percepção de si como sujeito integrado, supostamente fixo, coerente e estável, mas à mercê de “sistemas de significado e representação cultural múltiplos”. Como diz: “confrontamo-nos com uma multiplicidade desconcertante e fugaz de identidades possíveis, podendo nos identificar com cada uma delas – ao menos temporariamente” (p.10).

Para reforçar esse argumento a propósito da “pluralização” das identidades, Hall usa uma “situação concreta” como exemplo das “consequências políticas dessa fragmentação” (cf. p.16-17). Esse estudioso relata um episódio jurídico e político da história americana com o intuito de mostrar de que forma se faz o “jogo das identidades”. Um juiz conservador negro nomeado para a Suprema Corte, ao ser acusado de assédio sexual por uma mulher negra, polarizou a sociedade americana segundo as identificações que sua condição suscitava nas diferentes classes ou movimentos sociais – seja por ser negro, conservador, seja pela questão sexual envolvida (cf. p.17-20). No momento em que foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, ex-colega de trabalho e agora a ele subordinada, o juiz atraiu para si o apoio ou a rejeição da sociedade americana. Alguns negros apoiaram-no com base na questão racial, outros opuseram-se a ele com base na questão sexual. As mulheres negras ficaram divididas, dependendo de qual identidade prevaleceria, se como negra ou como mulher. Os homens também se dividiram com base em seu conservadorismo ou liberalismo

sexual. Nesse episódio, mais que a culpa ou inocência do juiz, estaria evidente a trama suscitada pelo jogo de identidades.

Assim, a partir desse exemplo, Hall conclui que as paisagens políticas do mundo moderno estariam cada vez mais fragmentadas por identificações competitivas e deslocadoras – surgindo, especialmente, da erosão da “identidade- mestra” de classe e das identidades emergentes, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: feminismo, lutas dos negros, liberação nacional, movimentos anti-nucleares e ecológicos (c.f. p.19-20). Como esclarece:

A identidade tornou-se uma “festa móvel”: formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados ou tratados nos sistemas culturais que nos circundam [...] O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um self coerente. Dentro de nós coexistem identidades contraditórias, pressionando em direções diversas, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente mudadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada do nascimento à morte, é somente porque construímos uma história confortante ou uma narrativa do self sobre nós mesmos. A identidade totalmente segura, completa, unificada e coerente é uma fantasia. Ao contrário, à medida que os sistemas de significado e de representação cultural multiplicam-se, confrontamo-nos com uma multiplicidade desconcertante e fugaz de identidades possíveis, podendo nos identificar com uma delas – ao menos temporariamente.

Citando David Harvey, Hall conclui que as sociedades da alta modernidade são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem para os indivíduos uma variedade de ‘posições de sujeito’ – isto é, de identidades (cf. p.15).

Nessa reflexão, Hall mantém no horizonte uma concepção de fragmentação associada à idéia de quantidade numérica de opções. Ao indivíduo, outrora uno, centrado num *self* fixo, coerente e estável estariam agora disponíveis uma multiplicidade de identidades possíveis. A fragmentação do sujeito, de sua identidade, está na multiplicidade de opções, de categorizações e divisões segundo as quais poderia se posicionar (cf. p.15).

No modo corrente da identificação, o conceito de identidade se constrói na pressuposição da possibilidade de uma nomeação a partir da presença a si, na possibilidade de se dizer “eu”. Isso – apresentar-se, definir-se, dizer “eu”, nomear-se, exige, por definição, uma totalização, uma formalização de tudo o que caracteriza esse “eu”, o ser daquele nome. Sob esse prisma, a definição é o que encerra de imediato as propriedades definitivas, isoladas e enfeixadas no limite semântico preciso e fixo (cf. Carvalho, 1992).

O conceito de fragmentação, como definiu Hall, envolve a noção de multiplicidade numérica, ou seja, “multiplicidade desconcertante e fugaz de identidades possíveis, podendo nos identificar com uma delas – ao menos temporariamente” (p.10). À disposição do sujeito estariam opções identificatórias diversas e precisas das quais poderia lançar mão a qualquer momento. A multiplicidade de identidades, a capacidade de identificar cada uma das unidades distintas umas das outras, se faz diante da possibilidade de contar, de separar uma da outra: o um, do dois, do três, e assim por diante. É preciso, pois, definir com precisão o que é cada umas dessas identidades possíveis: o que é ser mulher, homem, negro, branco, conservador, liberal, etc., para que o sujeito pudesse, no ato de se identificar, enfeixar, pelo sinal de adição, cada uma das identidades que poderia, por acréscimo,

identificá-lo. Nesses termos, o sujeito se identificaria, então, como mulher + negra + liberal + cristã + americana + falante da língua X. Ou, poderia ainda se identificar como homem + branco + conservador + protestante + francês + falante da língua Y. Visto isso, poderíamos afirmar que a identidade se faz pela somatória de atributos. Somatória de variações unitárias, que admitiriam uma quantidade também indeterminada de arranjos. No exemplo que Hall usou para ilustrar o “jogo das identidades”, o juiz atraiu para si o apoio ou a rejeição dos eleitores segundo as identificações que neles provocou; se como mulheres ou homens + se brancos ou negros + se conservadores ou liberais.

A idéia é de que cada um dos elementos que lista como “identificações”, sejam eles sociais, lingüísticos, de gênero etc., configuram-se como unidades independentes e excludentes, em competição umas com as outras. Cada item dessa lista de unidades pulverizadas – mulher, homem, negro, branco, conservador, liberal – apresenta-se como qualquer coisa que, em certo momento, poderia ser definida precisamente. Sob essa ótica, o significado por trás do signo “pode tornar-se presente, manifesto..., apresentar-se como um presente, um ente presente na sua verdade” (*Diferença*, p.36). De alguma forma, cada um desses conceitos é concebido como uma unidade de significado presente, fixo, delimitável. No rol de opções à disposição do sujeito, as múltiplas opções de identificação seriam referentes em torno dos quais aconteceriam os deslocamentos promovidos pelas conveniências que se apresentam. O sujeito teria diante de si um rol de opções identificatórias que examinaria e escolheria, soberanamente, segundo suas conveniências.

Admitindo-se, como fará Hall mais adiante em seu ensaio ao relacionar a lingüística estruturalista de Saussure como um importante fator de descentramento do conceito de identidade (cf. p. 42-44), que a cadeia de significantes funciona fora da lógica do significado como presença positiva, incluída numa relação de diferenças: “os significados surgem nas relações de similaridades e diferença que as palavras mantêm com outras palavras.... Sabemos o que é a “noite” porque ela não é o “dia” (p.43); não há pois como manter-se na expectativa de que se possa falar em identidades no plural, implicando a possibilidade de anunciar cada uma delas e enumerá-las numa relação de 1+n: ser mulher + negra + conservadora ou ser homem + branco + liberal. Não haveria pois a possibilidade de enumerar qualidades que iriam se agregando umas às outras a partir de um sinal de adição, a possibilidade de colecionar conceitos de caráter universalizante, de definir com precisão positiva o que é ser mulher, ser homem, ser negro ou branco, supondo um poder de particularizar.

Como nos diz Derrida, ao contestar a possibilidade de lhe atribuírem a identidade franco-magrebina: “ser franco-magrebino... não é... um acréscimo ou uma riqueza de identidades, de atributos ou de nomes” (p.28). Para ilustrar com seu próprio argumento em *O Monolinguismo do Outro*:

Para saber quem é franco-magrebino, é preciso saber o que é (ser) franco-magrebino, o que quer dizer “franco-magrebino”. Mas no outro sentido, invertendo a circulação do círculo e para determinar, vice-versa, o que é ser franco-magrebino, seria preciso saber quem o é, e sobretudo (ó Aristóteles!) quem é o mais franco-magrebino? Autorizamos-nos aqui uma lógica cujo tipo é, digamo-lo pois, aristotélico: regulamo-nos pelo que é “o mais isto ou aquilo” ou pelo que é “o melhor isto ou aquilo”, por exemplo pelo ente por excelência, para chegar a pensar o ser do que é em geral, procedendo assim, quanto ao ser do ente, da teologia para a ontologia e não o inverso... (p.23)

Quando nos oferece uma explicação do que seria a identificação pura do que é ser um franco-magrebino, e daí poder classificar-se como tal, Derrida dramatiza as implicações envolvidas em qualquer tentativa de nomeação, de conceituação, de identificação. A partir desse caso particular, ele torna expandida a concepção de uma certa impossibilidade de promover qualquer identificação em geral – a impossibilidade de qualquer tentativa de definir uma identidade fixa. Essa aparente circularidade, que coloca o conceito de generalização ele próprio em cheque, é inevitável e caracteriza o que Derrida defende como sendo o estar-se em constante processo de negociação no interior mesmo da contradição. A despeito da impossibilidade do processo de generalização, não se escapa, entretanto, de seus efeitos manifestos, isto é, da necessidade mesmo de generalizar. Da mesma forma como não se escapa do processo de negociação entre a necessidade e a impossibilidade de identificação.

Na situação aqui em questão, no exemplo dado por Hall, essa expansão atinge em cheio a tarefa inglória de apresentar definições precisas para qualquer conceito identificatório, seja ele mulher, homem, negro, branco, conservador ou liberal. A partir dessa encenação, Derrida aponta para a impossibilidade de se definir o Um de qualquer conceito, o Um do franco-magrebino, o Um do masculino ou do feminino, o Um da raça, de qualquer delas e em especial do que vai nos interessar aqui, o Um da língua, de qualquer língua. Na radicalização do argumento de Derrida, qualquer identificação parece inescapavelmente comprometida. A partir do que expõe sobre o conceito de franco-magrebino, como definir, naquele exemplo do contexto americano, em toda a sua pureza, *a* raça negra, *o* branco, *o* liberal? Ou, aqui desdobrando o argumento de Derrida, o que é uma nação, uma língua, uma cidadania em toda a sua pureza?

Hall, para examinar as mudanças que impuseram transformações e abalos ao conceito de sujeito, enumera teóricos e teorias, organizando seu argumento de forma a apresentar o que considera movimentos responsáveis pela fragmentação das identidades através de rupturas nos discursos modernos: os escritos de Marx, a descoberta do inconsciente por Freud, a lingüística de Saussure, o trabalho de Foucault, e o quinto e último, sintomaticamente acéfalo, o impacto do movimento feminista como crítica teórica.

Seu objetivo final, como foi dito, é examinar como “este sujeito fragmentado é situado em termos de suas identidades culturais” (p.51). Sua preocupação maior está, afinal, no que chama de “identidade nacional” em face do fenômeno da globalização. Preocupa-se especificamente, de que forma “as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização” (p.52).

Para Hall, “as identificações que ... eram dadas às tribos, às pessoas, à religião e à região, foram gradualmente transferidas... para a cultura *nacional*”: padrões de alfabetização universais, a generalização de uma língua vernacular particular como o meio dominante de comunicação no interior da nação, criação de uma cultura homogênea e a manutenção de instituições culturais nacionais, além, é claro, da simbologia e das representações.

Uma cultura é discurso, uma maneira de construir significados que organizam tanto a nação quanto a concepção que um povo faz de si mesmo (cf. p.55-56). A identidade cultural se faz, necessariamente, no interior de uma língua, nossa língua por nascimento. Não é por outro motivo, que faz sentido falar em língua materna, a língua no seio da qual se nasce e se presume acolhido, a língua que nos identifica e com a qual presumimos construir nossa

identidade. Derrida toca na forma como a língua se associa ao conceito de morada, habitamo-la, na língua está-se em casa, *chez soi*, a língua como morada e refúgio – “esta língua atravessa de parte a parte [os meus sofrimentos], e o lugar das minhas paixões, dos meus desejos, das minhas preces e vocação das minhas esperanças (cf. p.14).

Nessa perspectiva da língua como lugar de identidade, o que vem abalar as identidades nacionais, os limites e fronteiras das línguas, dos territórios, da cultura é uma série de processos e mudanças que se abrigam sob o nome de globalização. Processos que, operando em escala mundial atravessam as fronteiras nacionais, integram e conectam comunidades e organizações em novas combinações de espaço e tempo. Esse abalo no que chama de identidade nacional tem gerado, na opinião de Hall, uma reação defensiva – o nacionalismo:

Creio ser mais urgente e necessário, agora, juntar em nossa análise das formas contemporâneas de globalização; e, por outro lado, e exatamente ao mesmo tempo, o ressurgimento do nacionalismo, o retorno de formas fixas de identidade e outros particularismos culturais e étnicos, como uma resposta à globalização (p.60).

A globalização, ao atravessar fronteiras, implica nesse processo um movimento amealhar das identidades culturais/nacionais, e problematiza a idéia de uma sociedade que se organiza segundo perspectivas definidas de tempo e espaço. Ao impor ao sujeito novos conceitos espaço-temporais, o processo de globalização, essencialmente um gesto de “atravessar fronteiras”, pois é disso que trata a globalização, exige também novos conceitos de identidade cultural/nacional numa sociedade que não parece mais se organizar unicamente segundo parâmetros supostamente fixos de território, língua, memória.

Um exemplo que poderia nos ajudar a pensar e problematizar essas questões de identidade, língua e cidadania é o fenômeno do *spanglish*, “língua” resultante da aproximação entre o que podemos chamar de culturas americana e hispânica.

Em maio de 2001, Pilar Godayol, uma pesquisadora da Faculdade de Ciências Humanas, Tradução e Documentação da Universidade de Vic, em Barcelona na Espanha, esteve na Universidade Estadual de Campinas para uma palestra sobre a tradução da literatura chicana para a língua catalã, em especial o trabalho de Sandra Cisneros, cuja escrita seria um exemplo do que se conhece por *spanglish*, a face lingüística da latinização dos EUA³.

Godayol apresenta alguns exemplos de estratégias diferentes escolhidas pelos diferentes tradutores que examina. O mote usado por essa pesquisadora para amearhar suas conclusões foi a sedução da noção do *entre*, do estar-se na fronteira estabelecendo uma relação de aproximação incompleta, que não cruza totalmente a fronteira, nem dela permanece aquém, mantendo o outro como outro, resistindo ao desejo de assimilá-lo, de desvendar sua verdade: “... relação maluca, uma relação sem relação, que entende o outro como outro numa certa relação de incompreensão” (Derrida, 1986, 82).

³ De acordo com o censo de 2000, há mais de 30 milhões de latinos ao norte do Rio Grande, que divide o México dos Estados Unidos. O fenômeno dessa migração em massa promove inevitavelmente mudanças sociopsicológicas importantes, em especial o surgimento da *spanglish* – como revela o próprio nome, o resultado da “misturagem” do inglês e do espanhol – mexicanos falando espanhol no que se estabeleceu como território norte-americano.

Em sua palestra, Godayol expõe as questões com que se depara um tradutor e, nesse caso, poderíamos falar de qualquer tradutor que traduz o texto de Cisneros em *spanglish* para qualquer língua.

Os exemplos de tradução que usa podem ilustrar a complexidade que envolve qualquer tentativa de identificação. Um deles é o seguinte trecho de um conto de Cisneros chamado “Mericanos”: “Estamos esperando a la abuela enojona que está dentro echando pesos em la *money box* para las ofrendas endelante del altar de La Divina Providência” (1996, p.18). Godayol apresenta duas estratégias diferentes de tradução para esse trecho. Uma primeira, em que o tradutor decide inverter as línguas do original: “We’re waiting for the awful grandmother who is inside dropping pesos into *la ofrenda* box before the altar to La Divina Providencia”. Uma segunda estratégia é aquela em que o tradutor parece manter a uniformidade lingüística, no caso o espanhol, e, com isso, diluindo o efeito causado pelo encontro lingüístico anglo-hispânico: “Esperamos a la horrible abuela que está dentro, echando pesos em la caja de las ofrendas, delante del altar de la Divina Providencia” (1992, p.39).

Mantendo no horizonte os temas que propus pensar no início deste trabalho em face da possibilidade/necessidade de identificação, poderíamos listar uma série interminável de interrogações com as quais se deparou Godayol diante do desafio de traduzir Cisneros. Como não perder aquele efeito que se produz pelo encontro entre as duas línguas? O que de cada uma está comprometido nessa nova língua? Como classificar essa nova manifestação lingüística?⁴ Como identificar as línguas envolvidas nesse fenômeno a que se denomina *spanglish*? Quais seriam as fronteiras entre as duas línguas aí envolvidas, supostamente o inglês e o espanhol? Quem é o falante dessa língua? Que cidadania possui? Diante dessa língua, aceitando-se inclusive que ela seja uma língua, como traduzir-lhe um texto? Que critérios usar para “conceder-lhe” o *status* de língua? Quem é o falante dessa língua? Que cidadania possui? Levando-se em conta as questões que envolvem identificar a língua espanhola propriamente, uma vez que se parte de uma generalização que identifica como “spanish” o que falam cubanos, porto riquenhos, mexicanos, espanhóis e todos os habitantes da América do Sul com exceção do Brasil. Em cada uma das tentativas de identificação, questões espinhosas aparecem. Há sempre demandas para as quais não se encontram respostas. Vale lembrar que são os acontecimentos extra-lingüísticos, invariavelmente políticos: uma reportagem de jornal, a publicação de um dicionário, o ensino institucional, seu uso pela mídia, que dão visibilidade a fenômenos como esse, uma língua “híbrida” nomeada *spanglish*.

Além disso, se a língua se nos apresenta como um sinal de identidade, um cenário de nascimento, uma herança, um lar onde habitar, onde estar *chez soi*, o lugar de nossas paixões, desejos, preces e vocações, como se processaria a identidade lingüística dessas mulheres chicanas, essas “mericanas”, apropriando-me do título do conto de Cisneros? O que essa condição de estar em fronteira, de estar “entre”, pode nos ajudar a refletir sobre a crise da identidade cultural/nacional?

⁴ A tarefa de identificar o “spanglish” é outro tema que mereceria um tratamento especial, mas que toca mais de perto a sociolingüística. Alguns autores identificam-no como um pidgin, outros como um processo de mudança de código lingüístico. Tratar de perto essa questão é tarefa que foge ao objetivo desse ensaio.

Esse acontecimento trazido pelas reflexões de Godayol, o estar “entre”, no limite presumido de duas fronteiras, dramatiza a condição de indecibilidade que marca qualquer tentativa de identificação.

O professor Ilan Stavans, numa entrevista publicada pelo caderno *Mais!*, da Folha de São Paulo de 20 de maio de 2001, nos conta sobre a publicação do primeiro dicionário de *spanglish* prevista para o segundo semestre daquele mesmo ano. Ele o descreve como: “o primeiro léxico dessa língua” tirado da linguagem das ruas, dos romances, de anúncios publicitários e de histórias em quadrinhos. Stavans reporta ainda um acontecimento acadêmico, um curso pioneiro de *spanglish* que ele próprio ministra na Universidade de Amherst. Inegavelmente, são esses acontecimentos políticos, exteriores à língua em si, que fazem com que seja reconhecida como tal. Não há qualquer “fato” eminentemente lingüístico que dê conta desse reconhecimento. Mais ainda porque esse reconhecimento não é unânime. A defesa e a promoção que o Prof. Stavans faz do *spanglish* é veementemente criticada por alguns de seus pares.

O que vai nos interessar aqui será exclusivamente o que esse exemplo poderá nos esclarecer sobre os temas que mencionei no início desse ensaio: identidade, língua e cidadania. Diante daquela reflexão de Derrida, que chamei de uma forma dramática de questionar a possibilidade de qualquer identificação, de nomeação, como pensar a possibilidade de identificar quaisquer das línguas envolvidas nesse fenômeno da *spanglish*. O que do inglês ou do espanhol, supondo inclusive que saibamos com precisão o que *são* um e outro, está implicado nessa terceira língua. O que caracteriza essa terceira língua a que se deu o nome de *spanglish*? E mesmo em relação a essa nova língua, não se saberia muito bem como identificar o que se apresenta sob o nome de *spanglish*, pois, como esclarece Ian Stavans, “o dicionário tenta também estabelecer as diferenças entre o *spanglish* mexicano-americano, cubano-americano, dominicano-americano” (*Mais!*, p.6).

Retomando o estudo que propõe para encontrar aquilo que alicerça a fragmentação/ crise da identidade, Hall se questiona de que forma esse sujeito fragmentado é situado em termos de suas identidades culturais. Como ensina, “no mundo moderno, as culturas nacionais no interior das quais nascemos são fontes de identidade cultural”. A identidade cultural é um conjunto de padrões de representação, de discursos, de símbolos, de memórias, de imagens em torno das quais a “identidade nacional” é construída – uma comunidade imaginada, aí incluída a língua vernacular que serve de meio de expressão num interior de uma nação.

A língua e o território sempre estiveram associados à idéia de filiação. Idéia que se dá à mostra em expressão como “língua materna”, “terra natal” e que invoca a noção de pertença e identidade. Considerar essa concepção de filiação abre espaço para pensarmos que estar inserido numa comunidade lingüística é estar “*chez soi*”, é apostar na segurança de estar-se em casa. Derrida, no livro *O Monolingüismo do Outro* traduz essa associação:

Sou monolingüe. O meu monolingüismo demora-se e eu chamo-lhe minha morada, e sinto-o como tal, nele me demoro e nele habito. Ele habita-me. ... Ele constitui-me, dita-me mesmo a ipseidade de tudo, prescreve-me, também, uma solidão monacal, como se quaisquer votos me tivessem ligado a ele antes mesmo de ter aprendido a falar... Ora jamais esta língua, a única que assim estou votado a falar, enquanto falar me for possível, e em vida e na morte, jamais esta língua, estás a ver, virá a ser minha. Nunca na verdade o foi. Percebes assim a origem dos meus sofrimentos, uma vez

que esta língua os atravessa de parte a parte, é o lugar das minhas paixões, dos meus desejos, das minhas preces, a vocação das minhas esperanças (cf.p.13-14)

A língua como pátria, como lugar de morada e abrigo. Lugar de acolhimento e hospitalidade. Entretanto, a língua a que chamamos materna não é verdadeiramente nossa, é a língua do outro, precede-nos e a recebemos como herança e como lei.

Derrida, em *La langue n'appartient pas*, quando fala de Paul Celan e da forma como esse poeta pode exemplificar a experiência da inapropriabilidade de uma língua, escreve:

Mesmo quando se tem apenas uma língua materna e se está enraizado em seu local de nascimento e em sua língua, mesmo nesse caso, a língua não pertence. Que ela não se deixa apropriar, naquilo que toca a essência da língua. Ela é, a língua, aquilo mesmo que não se deixa possuir, mas que por isso mesmo provoca todo tipo de movimento de apropriação. Uma vez que ela se deixa desejar, mas não apropriar, ela põe em movimento toda sorte de gestos de posse, de apropriação... o que tento sugerir é que, paradoxalmente, o mais idiomático, isto é, o mais próprio de uma língua, não se deixa apropriar (p.85/6).

Reconhecemos, portanto, como não é apropriado falar em termos de pertencimento quando se fala em língua materna. Estar em casa numa língua dita materna é um estar precário e ilusório, mais desejoso que real. Assim, é que não nos parece possível lançar mão da língua para, no interior dela e com ela, construirmos nossa identidade. A identidade não se processa nem mesmo na língua primeira, que supostamente nos acolhe e no interior da qual estaremos para sempre. Nem mesmo na língua dita materna podemos dizer “eu”.

Na conclusão a seu ensaio, Hall pretende mostrar como expectativa dos defensores da globalização, com base no liberalismo e no marxismo, de que “a ligação ao local e ao particular daria gradualmente espaço para valores e identidades mais universalistas, cosmopolitas e internacionais” (p.59) não se produziu. Havia nessa expectativa a esperança de que fosse instituído um terreno que apagaria as diferenças, comum, universal e harmonioso. Na opinião de Hall, a globalização, ao contrário de promover o triunfo do “global”, ou de produzir o reforço da velha forma nacionalista do “local”, abriu espaço para movimentos mais variados e contraditórios – o descentramento do Ocidente. Diante da inquietação causada pelo encontro com o “outro”, o que se produziu, foi um descentramento, uma inquietação e um conseqüente desejo de retorno ao que, aparentemente, seria uma identidade fixa, sem conflitos. Uma busca de retorno ao que Hall, no início de seu ensaio, descreve como sendo “as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e enfraquece os modelos que até hoje deram aos indivíduos um lugar estável no mundo social” (p.3).

Hall quer sugerir que a fragmentação das identidades, tornada mais evidente pelas formas atuais da globalização, promove a fragmentação das identidades culturais e nacionais, fazendo, com isso, ressurgir os movimentos nacionalistas. Movimentos de retorno às formas fixas de identidade e de resgate dos particularismos culturais e étnicos.

Ao analisarmos, porém, as reflexões tecidas em torno de Derrida em *Monolingüismo do Outro* e do exemplo das reflexões de Godayol e o conto de Cisneros, é oportuno rever essa noção de Hall de que são as variadas formas da globalização que promovem a fragmentação das identidades e seu reativo contrário, o retorno ao que é local e nacional. O

acontecimento isolado e extremo trazido pelo conto de Cisneros, dramatiza a condição de encontro que promove a globalização. Esse encontro com o outro implica a necessidade de se dizer “eu”. Para me diferenciar do outro, preciso identificar quem, ou o que sou eu, qual a minha identidade, qual a minha língua, qual a minha pátria, qual a minha cidadania.

A globalização, antes de promover qualquer processo de fragmentação identitária, dramaticamente torna evidente a impossibilidade de determinar com exatidão qualquer dessas identificações: a língua, o território, o conjunto de padrões de representação, de discursos, de símbolos, de memórias, de imagens em torno do que, como afirmou Hall, é construída a “identidade nacional”, mesmo que se mantenha, no discurso, sob a ressalva protetora de Benedict Anderson de que seriam “comunidades imaginadas”. O papel exercido pelo processo de globalização, de mundialização, é, antes, o de trazer à tona a impossibilidade de qualquer processo de identificação estável e fixo. Consequentemente, o retorno que se pretende através dos movimentos nacionalistas é meramente uma tentativa frustrante.

A fratura não é uma consequência da globalização. Antes disso, é o processo de globalização que torna evidente que a fratura é congênita, já está sempre instalada em qualquer tentativa de identificação.

O que vem abalar o conforto proporcionado pela construção das identidades na perspectiva da modernidade não é o processo de globalização em si. A globalização não faz mais que tornar clara essa impossibilidade. Vem mostrar que as identidades jamais foram fixas ou tranquilas. Apenas pareciam como tal. Em face desse outro que advém na hospitalidade, encontramos-nos diante da impossibilidade de também dizermos “eu”.

Nas palavras de Derrida, ainda no *Monolingüismo*, registra-se que, “como se sabe, a cidadania não define uma participação cultural, lingüística ou histórica em geral. Ela não recobre todas essas pertencas” (p.28). O conceito de pertença é ainda mais frágil, quando se percebe que a cidadania é um atributo precário, recente, ameaçável, atribuído ou negado por um gesto político, “mais artificial que nunca” (ibidem). O que não implica absolutamente no seu abandono. Se acreditar na possibilidade absoluta é um delírio, crer na sua impossibilidade também o é. Como afirma Derrida, “tudo se organiza na economia desse delírio”⁵. Estendendo a reflexão de Derrida para os temas aqui em questão, não se pode, em hipótese alguma, abrir mão dos seus efeitos necessários a despeito de impossíveis, sem os quais não haveria as noções de identidade nacional, de pertencimento, de língua materna, de identidade, de nação, de cidadania.

⁵ Derrida, em sua série de seminários, *Question de responsabilité (X. Le parjure et le pardon. La peine de mort. La bête et le souverain*, dada na École des Hautes Études en Sciences Sociales entre 2002 e 2003, tratou do tema da soberania durante uma sessão aberta à discussão. Nessa ocasião Derrida, questionado sobre o porquê de sua afirmação de que qualquer declaração que pretenda afirmar soberania é, necessariamente, um delírio, responde: “Não há soberania absoluta sobre o que quer que seja. A soberania está ligada ao direito, à legalidade que a envolve e a limita. Mas há os efeitos dessa soberania, sem eles não haveria os estados, as liberdades individuais, cidadania etc. e renunciar aos efeitos da soberania é também um delírio. Tudo se organiza na economia desse delírio”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CINEROS, S. (1991) *Érase un hombre, érase una mujer*, trad. De E. de Hériz. Barcelona: Ediciones B.
- CARVALHO, L. F. M. de C. (1992), “Desconstruções”. In *Palavras da Crítica. Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Org. José Luiz Jobim. Rio de Janeiro: Imago, p.412-442.
- DERRIDA, J. (2001) *O Monolinguismo do Outro. Ou a prótese de origem*. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras.
- _____. (2000) *La langue n'appartient pas*. Entrevista realizada por Evelyne Grossman em 29 de junho de 2000.
- _____. (1991) “A Diferença”. In *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas: Papirus.
- GODAYOL, P. (2000) “Traducir Derrida: la seducción del *entre*”. Conferência proferida na UNICAMP. Texto inédito.
- HALL, S. (1997) *Identidade Cultural*. Extraído de Textos Didáticos. Tradução revisada por Vanderli Silva. São Paulo. Coleção Memo, Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, 1997. Texto original: *Modernity and its Futures* (The Open University, 1992).
- OTTONI, P. R. (1999) *Traduction et Déconstruction: La Conatamination Constitutive et Necessaire des Langues*. Comunicação apresentada em 17 de novembro no Congresso “Últimas Corrientes Teóricas em Los Estudios de Traducción e sus Aplicaciones”, Salamanca, España.